

A MÃO DE FERRO, OS PÉS DE BARRO E A ILHA FISCAL

José Benjamim de Lima

“Tudo o que posso dizer é que existem pragas e existem vítimas – e devemos fazer o possível para nos recusar a ficar do lado da praga.” (Albert Camus, *A Peste*)

Guardadas as devidas proporções, as festas patrocinadas pelo proprietário do Banco Master, assim como outros encontros de semelhante naipe, com participação de altas autoridades da República, lembram um pouco o famoso Baile da Ilha Fiscal, ocorrido em 9 de novembro de 1889, acontecimento mundano, rico de luxo, luzes e pompa, que adquiriu um sentido simbólico de marco da queda do Império, exatamente por representar, sua realização, de certo modo, a desfaçatez olímpica à crise política, econômica e moral que rondava o regime imperial da época. Originalmente, a ilha Fiscal chamava-se ilha dos Ratos...

Para Lília M. Schwarcz e Heloísa M. Starling, na obra *Brasil: Uma Biografia*, o baile foi uma espécie de “estopim simbólico” do que viria depois. “Muito se falou a respeito desse evento, que ficou conhecido como o episódio final da monarquia. Discorreu-se sobre as orgias, sobre a ostentação e o luxo incompatíveis com a situação política [...]”. Para as autoras, “o luxo tinha lá suas razões. O baile da ilha contígua à Corte se transformara num grande palco, especialmente montado para representar a grandeza da monarquia”. Seis dias depois, era proclamada a República.

No Brasil deste segundo quartel do século XXI, os “Bailes da Ilha Fiscal” de agora, nos quais ilustres agentes políticos da República têm dançado para valer, enfiando os pés na jaca (com uma fé e coragem que teria algo de suicida, vivêssemos num país um pouco mais sério), a máxima de François de La Rochefoucauld segundo a qual “a hipocrisia é a homenagem que o vício presta à virtude” readquire uma atualidade que impressiona. Afinal, a malfeitoria, medrosa de encarar olho no olho a retidão e a moralidade, só opera e prospera se atuar disfarçando a face vil com artifícios que simulam virtude e boas intenções.

La Rochefoucauld, autor de “*Reflexões ou sentenças e máximas morais*” (1664), foi um moralista do Século XVII, um século de destacados pensadores e escritores preocupados com os desvios morais da sociedade francesa da época do Rei Sol e adjacências, tão brilhante na ostentação do luxo e da frivolidade, quanto pródiga na devassidão dos costumes. É daquela época, também, o teatro de Molière, com suas figuras caricatas como o burguês fidalgo e seu alpinismo social militante, com as preciosas ridículas e sua vaidade oca, e com os tartufos de vestes negras mergulhados na hipocrisia e dissimulação do falso moralismo enganador, que encobre torpeza, maucaratismo e apetite desmedido ao poder e à pecúnia...

O falso moralista, como se sabe, costuma ser extremamente severo e impiedoso com os erros alheios, na mesma medida em que disfarça, esconde, dissimula as suas próprias imoralidades. Ostenta e brande, implacável, impiedosamente, sua mão de ferro, com a igual sem cerimônia com que esconde arditosamente os seus pés de barro. Na sublime mascarada do teatro do poder, o poder

em cena, com direito a festas em ilhas fiscais ou outros sítios edênicos, bem como a milionárias prebendas, ensaia um drama de fancaria, onde o que se executa mesmo é apenas uma comédia zombeteira e cínica disfarçada de *res publica* acenando para a plateia.

O poder em cena jamais brinca em serviço. Na mascarada sublime de seu permanente (e cruel) baile de fantasia, desfilam garbosamente as elites brasileiras: ora leões, ora pavões, ora raposas, ora camaleões, ora avestruzes, ora lobos em pele de cordeiro... Enquanto isso, a desigualdade cresce, a criminalidade desorganizada prospera, o crime organizado avança. “Tão Brasil!” – diria nosso grande Manuel Bandeira. (limajb48@gmail.com)